REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA

ATA Nº 8

de 18 de abril de 2023

(N. º1 do Artigo 57, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

ABERTURA

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, pelas 09:30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, nesta vila de Almeida, foi realizada a reunião ordinária, sob a Presidência do Senhor António José Monteiro Machado, estando presentes os Senhores Vereadores Alexandre Manuel Fernandes Gonçalves, Alcino Miguel dos Santos Morgado e Catarina Manuel Batista Vilhena de Carvalho.

FALTAS

Verificou-se a falta da Senhora Vereadora Maria de Nazaré Carrapatoso Paiva Ribeiro, por se encontrar ausente do Concelho ao serviço do Município (acompanhamento de utentes nas respetivas operações às cataratas).

A Câmara, deliberou, por unanimidade justificar a sua falta.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente perguntou se havia algum assunto para ser debatido antes da ordem do dia, tendo o Senhor Vereador Alexandre Gonçalves apresentado o seguinte:

- CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS;

Fez uma nota sobre o conjunto de informações que têm vindo solicitando e que não lhes chega sobre uma série de temas e em particular solicitou os contratos que foram celebrados com as Juntas de Freguesia até novembro de 2022, como ficaram, se todos o fizeram e como a informação não lhes chegou, disse ter alguma curiosidade em perceber qual o ponto de situação.

- FORNECIMENTO DE ÁGUA;

Informou de que ontem recebeu um e-mail que também foi dirigido ao Senhor Presidente, sobre um problema de abastecimento de água numa casa sita nas Minas, em Vilar Formoso, cujo texto leu, solicitando o devido esclarecimento.

Sobre os Contratos Interadministrativos o Senhor Presidente informou de que ainda não foi feito o resumo final, mas foram cumpridos na generalidade e que irá ser mantido o que foi dito, de que deveriam estar concluídos até 30 de dezembro. Existem algumas situações em que terminaram as obras, mas os documentos foram entregues tarde em que se fez a análise e estão a processar-se os pagamentos e há situações em que as Juntas não concluíram os trabalhos na totalidade e há duas formas de resolver a situação, ou revertem para os deste ano ou perdem a possibilidade, sendo que no Orçamento só ficou a verba que está prevista.

Em relação ao pedido das Minas, o Senhor presidente informou que se trata de uma situação de uma casa que está completamente fora do aglomerado urbano, tendo havido o compromisso do prolongamento da conduta de água, havendo mais pessoas a usufruir deste prolongamento no caminho situado entre a Capela de Santo Cristo e as Minas. No caso em concreto trata-se de uma casa inacabada e sem licenciamento, cuja situação deverá ser regularizada na CCDR para ter abastecimento próprio. A Câmara tem prevista a despesa em orçamento, estando os Serviços a fazer o respetivo projeto.

ORDEM DO DIA

- ATA:
- Ata n.º 7 de 04 de abril de 2023 - Apreciação e Aprovação;

- SUBSÍDIOS:
- Ao Piloto de Automóveis Diogo Caramelo;

- À Federação Portuguesa de Ciclismo - 17.ª Volta a Portugal de Juniores;

- À Associação Casa de Cultura Professor Doutor José Pinto Peixoto - "Prémio Nacional José Pinto Peixoto - Ensino Secundário 2022/2023";

- Ao Almeida Clube de BTT - Plano de Atividades;

- À Associação de Melhoramentos de Caça e Pesca da Freguesia de Malhada Sorda – Batida ao Lixo;

- Secção de Atletismo do Núcleo Sportinguista Leões da Fronteira - Fichas de Inscrição - Conhecimento;

- PROTOCOLOS:
- Protocolo Institucional a celebrar entre o Município e Simples Análises - Consultadoria e Formação Unipessoal, Lda;

- Acordo de Cooperação - Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social a Celebrar entre o Município e a Associação Desportiva, Cultural e Social de Aldeia de S. Sebastião;

- PARECERES PRÉVIOS:
- Projeto de Decisão de Adjudicação - Anulação - Aquisição de Serviços de Supervisão Técnica da Qualidade da Água das Termas de Almeida Fonte Santa;

- Parecer Prévio Vinculativo 13/2023 - Aquisição de Serviços de Supervisão Técnica da Qualidade da Água das Termas de Almeida Fonte Santa;

- ORÇAMENTO:
- 8ª Modificação aos Documentos Previsionais e 2ª. Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2023;

- APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO 2022;

- ATA:
- Ata n.º 7 de 04 de abril de 2023 - Apreciação e Aprovação;

O Senhor Presidente colocou à apreciação e aprovação a Ata número 7, respeitante à reunião ordinária do dia 04 de abril, tendo sido dispensada a sua leitura, uma vez que a mesma foi oportunamente enviada aos Senhores Vereadores.

Em relação à Ata, o Senhor Vereador Alexandre Gonçalves e sobre a questão da ADIRAIA concordaram com o texto, referindo que a parte final não está muito explicita.

O Senhor Presidente explicou que quando diz que a Câmara está aberta a apoiar as iniciativas, refere-se aquelas que mereçam a aprovação do Executivo.

Em relação às esplanadas, o Senhor Vereador referiu que a informação sobre o horário de funcionamento das mesmas não foi agendada conforme foi deliberado e que apenas se votou a isenção do pagamento de taxas, de forma genérica para todos os estabelecimentos.

O Senhor Presidente confirmou e no caso em análise ficou pendente em função do ruído cuja informação, entretanto, está a ser elaborada para depois ser presente à reunião do Executivo e ser tomada uma decisão com a assessoria jurídica que o assunto merece.

Após os devidos esclarecimentos o Senhor Presidente colocou a Ata número 7 a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.

- SUBSÍDIOS:
- Ao Piloto de Automóveis Diogo Caramelo;

Pelo Senhor Presidente foi presente um ofício do piloto de automóveis Diogo Jorge Almeida Caramelo, datado de 03 do mês de abril findo, solicitando a atribuição de um subsídio destinado a comparticipar as provas desportivas em que irá participar, nomeadamente rampa da Mêda, Sobral da Serra, Serra da Estrela, Côa, Slalom de Figueira de Castelo Rodrigo, Rally Terras de Bandarra e outras, promovendo as marcas do Concelho de Almeida.

A Câmara a exemplo de anos anteriores, deliberou, por unanimidade, atribuir ao piloto Diogo Caramelo um subsídio de 1.000,00 € (mil euros), devendo exibir no respetivo equipamento as marcas do Concelho.

Mais foi deliberado, por unanimidade, no sentido de serem apresentados os resultados desportivos do ano transato, bem como o Plano de Atividades para a corrente época de 2023.

- À Federação Portuguesa de Ciclismo - 17.ª Volta a Portugal de Juniores;

Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício 80_23/HA, da Federação Portuguesa de Ciclismo, datado de 06 do corrente mês de abril, solicitando a atribuição de um subsídio de 4.000,00 € (quatro mil euros), destinado a comparticipar despesas organizativas com a 17ª Volta a Portugal de Juniores, a qual terá a partida em Almeida no dia 26 do próximo mês de agosto – 3ª. Etapa.

O Senhor Presidente referiu que a Câmara tem vindo a receber este evento nos últimos dois anos, com uma prova dentro do Concelho, propondo este ano que a partida ocorra em Almeida e que coincide com o Cerco e pelo sucesso que a mesma tem tido, se deve continuar a apoiar a prova. Informou que também irá haver outra da Associação de Municípios da Cova da Beira com passagem no Concelho, mas que ainda não foi feito nenhum pedido, e que pretende ter bastante projeção, mas na data que está prevista não está assim tão otimista, porque o foco está direcionado para a prova de Itália.

A Senhora Vereadora Catarina Vilhena apelou para que este ano se tenha atenção à questão dos seguros por forma a que não ocorra o mesmo do ano passado o que achou ridículo e a Câmara não tenha que ser responsabilizada por qualquer tipo de acidente.

Referiu ainda para que seja feita ao evento uma boa publicidade, tendo em conta que se trata de uma prova muito interessante, pese embora a data não seja a mais indicada por causa do Cerco, mas haverá com certeza muita gente que gosta de ciclismo e uma boa publicidade é fundamental.

O Senhor Presidente colocou o pedido a votação tendo a Câmara deliberado, por unanimidade, atribuir à União Velocipédica Portuguesa – Federação Portuguesa de Ciclismo, um subsídio de 4.000,00 € (quatro mil euros), devendo todos os seguros ser da responsabilidade da entidade organizadora da prova.

- À Associação Casa de Cultura Professor Doutor José Pinto Peixoto - "Prémio Nacional José Pinto Peixoto - Ensino Secundário 2022/2023";

Pelo Senhor Presidente foi presente, um ofício da Associação Casa de Cultura Professor Doutor José Pinto Peixoto, datado de 11 do corrente mês de abril, solicitando o habitual subsídio de 1.000,00 € (mil euros), destinado a premiar o vencedor do Prémio Nacional José Pinto Peixoto – Ensino Secundário 2022/2023.

Remetem também, o Relatório de Atividades e Contas de 2022 e o Plano de Atividades para 2023.

O Senhor Presidente referiu que a Associação Casa de Cultura Professor Doutor José Pinto Peixoto vem renovar o pedido que é habitual fazer já há vários anos. Informou que conversou com o Presidente da Associação sobre a possibilidade de se vir a aumentar o valor do prémio, mas como a proposta se mantém é sobre este valor que se irá deliberar e continuar a colaborar com a Associação no trabalho que realizam, sendo sempre importante ver os alunos receberem este Prémio Nacional, admirando a sua capacidade.

Em relação ao assunto o Senhor Vereador Alexandre Gonçalves referiu que ficam satisfeitos pelo facto de ter manifestado disponibilidade para que o apoio possa ser maior. Consideram que o envolvimento com esta Associação em particular, deveria ser inclusivamente

entrosado de outra forma na comunidade escolar e tirar-se o maior aproveitamento desta relação tão útil e tão importante em termos do que é a ligação com a ciência, achando que o investimento trabalhado e com alguma sustentabilidade seria mesmo muito importante. Na parte do concurso, o foco sobre a Escola exclusivamente da Miuzela, deixa-os tristes, porque já não existe e porque não alargá-lo ao Concelho. Pensa que é um desafio interessante para a Instituição e para o Executivo.

O Senhor Presidente disse que há mais Instituições e Juntas de Freguesia a atribuir prémios, achando também que pode ser feito trabalho em conjunto. Disse também que a participação da Escola, embora tenha sido em diversas ocasiões feita para os alunos, assegurado o transporte para poderem assistir e estar presentes, o que acontece é que devido à própria Associação a marcação do evento é em feriados ou fins de semana o que não ajuda à participação destes. Tem falado sobre esta questão e os alunos do 9º ao 12º ano que estão a iniciar o ciclo final, certamente ao virem e ouvirem que há alunos com aquela excelente prestação de invejar e que é difícil ter, haveria um interesse maior. Mostrou abertura para isso, mas de uma forma integrada em termos do que já está a ser feito.

Analisado que foi o assunto, a Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir à Associação Casa de Cultura Professor Doutor José Pinto Peixoto, um subsídio de 1.000,00€ (mil euros), manifestando abertura para o seu alargamento a todos os alunos do Concelho.

- Ao Almeida Clube de BTT - Plano de Atividades;

Pelo Senhor Presidente foi presente um ofício do Almeida Clube de BTT, datado de 08 do corrente mês de abril, remetendo o Plano de Atividades para o corrente ano, solicitando também o correspondente subsídio de 12.000,00 € (doze mil euros).

O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Vice-Presidente, informando que das atividades constantes do Plano de Atividades, a mais relevante é a organização do BTT, assim como o Troféu de Resistência que também está a ter impacto e considerado dos melhores pela envolvência que tem, sendo que este ano já se pediu para haver uma maior publicidade, tendo em conta também os constrangimentos que possam existir.

Pelo Senhor Vereador Alexandre Gonçalves e sobre o pedido de apoio em concreto e não fazendo o papel de fiscalizar contas, mas o que é feito no documento são pedidos 12.000,00 € de apoio, mas em termos da enunciação cada uma das atividades tem uma receita igual à despesa, assim sendo pergunta, quais são na realidade os custos que a Associação tem.

O Senhor Vice-Presidente esclareceu que por exemplo na peregrinação a Fátima não há apoio externo e são os próprios sócios que suportam a despesa, enquanto que nos outros existem patrocínios e apoios inclusive, o da Câmara.

O Senhor Vereador perguntou se a Associação já está a distribuir o apoio que há nesta estratégia, preocupando-o que já esteja garantido o financiamento que eventualmente a Câmara possa dar, já faz parte da gestão financeira da Associação e isso cria-lhe um pouco de confusão.

O Senhor Presidente informou que se trata de um Plano de Atividades com uma projeção do que irão fazer e que pode não vir a acontecer, assim como as inscrições que também são uma previsão muito positiva porque nos últimos eventos têm ficado muito abaixo do que era usual e que podem ter prejuízo.

A Senhora Vereadora Catarina Vilhena sugeriu que a exemplo de outros pedidos porque é que não se apoia por evento, porque desta forma gera sempre alguma confusão.

O Senhor Vereador Alexandre disse que não desvaloriza a importância do trabalho que é feito pelo Clube BTT, mas estas dúvidas só são levantadas porque o critério de observância se centra numa questão financeira que desconhecem e não querem conhecer, mas que os critérios de avaliação em termos do resultado do que são as iniciativas da Instituição não são medíveis e não têm maneira de as medir e esse será o problema que continuadamente irão ter para continuar a balizar, se 12.000,00 € é pouco ou muito, porque não consegue ter o impacto da ação da Instituição naquilo que é o desenvolvimento do Concelho.

O Senhor Presidente colocou a proposta de atribuição de 12.000,00 € (doze mil euros) ao Almeida Clube de BTT, tendo a mesma sido aprovada, por maioria.

Votaram a favor o Senhor Presidente e o Senhor Vereador Alcino Morgado.

Abstiveram-se os Senhores Vereadores Alexandre Gonçalves e Catarina Vilhena.

- À Associação de Melhoramentos de Caça e Pesca da Freguesia de Malhada Sorda – Batida ao Lixo;

Pelo Senhor Presidente foi presente um ofício da Associação de Melhoramentos de Caça e Pesca da Freguesia de Malhada Sorda, datado de 13 do corrente mês de abril, dando conta da realização do passeio/caminhada "Batida ao Lixo", a levar a efeito no dia 30 de abril e cujo objetivo é o da sustentabilidade ambiental.

Assim sendo, solicitam atribuição de um apoio financeiro destinado a comparticipar as refeições dos participantes.

O Senhor Presidente disse que o evento poderá ser bastante interessante, não sabendo ainda de quais os efeitos, mas o apoio é apenas para comparticipar as refeições, propondo a atribuição de um subsídio de 400,00 € ou 500,00 €.

O Senhor Vereador achou a iniciativa engraçada e que o apoio deve ser atribuído em função das inscrições sugerindo um apoio de até 500,00 € (quinhentos euros).

A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio de até 500,00 € (quinhentos euros).

- Secção de Atletismo do Núcleo Sportinguista Leões da Fronteira - Fichas de Inscrição - Conhecimento;

Pelo Senhor Presidente foi presente um ofício da Secção de Atletismo do Núcleo Sportinguista Leões da Fronteira, datado de 29 do mês de março findo, remetendo as fichas de inscrição dos atletas, num total de 24 inscritos. Remetem também o Plano de Atividades para a época desportiva 2022/2023, assim como os resultados da época de Inverno.

O Senhor Presidente em face do aumento de três atletas propôs que o acerto fosse contemplado no último pagamento a efetuar.

A Câmara tomou conhecimento e concordou por unanimidade, com a proposta do Senhor Presidente.

- PROTOCOLOS:

- Protocolo Institucional a celebrar entre o Município e Simples Análises - Consultadoria e Formação Unipessoal, Lda;

Pelo Senhor Presidente foi presente um protocolo de colaboração a celebrar entre o Município e a Simples Análise – Consultoria e Formação Unipessoal, Ldª,.

O referido protocolo visa formar e preparar profissionais qualificados para o mercado de trabalho, desenvolvendo e promovendo o conhecimento através de sessões teóricas e práticas. Tem também como objetivo divulgar e promover a aproximação entre o meio formativo e a realidade das diversas áreas dos Serviços de Apoio a Crianças e Jovens, familiarizando o formando com situações formais em ambiente real de trabalho, de modo a facilitar a sua futura integração na vida ativa.

O Senhor Vice-Presidente informou que este protocolo foi através da Escola em que foi comunicado de que havia a intenção de um formando neste caso do Concelho de poder estagiar na Escola sem custos para o Município, durante o período aproximado de 45 dias.

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o protocolo.

- Acordo de Cooperação - Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social a Celebrar entre o Município e a Associação Desportiva, Cultural e Social de Aldeia de S. Sebastião;

Pelo Senhor Presidente foi presente um Acordo de Cooperação a celebrar entre o Município de Almeida e a Associação Desportiva, Cultural e Social de Aldeia de S. Sebastião o qual tem por objeto a definição dos termos e condições em que os outorgantes cooperam no âmbito da organização e funcionamento do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social.

O Senhor Presidente esclareceu que o documento teve por base a continuidade do acordo que a Associação tinha com a Segurança Social e a única diferença que existe são os horários e os locais de atendimento, os montantes e os princípios são os mesmos e que a Câmara também mantem por mais um ano e com efeitos retroativos ao início do mês de abril.

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o Acordo de Cooperação em apreço.

- PARECERES PRÉVIOS:

- Projeto de Decisão de Adjudicação - Anulação - Aquisição de Serviços de Supervisão Técnica da Qualidade da Água das Termas de Almeida Fonte Santa;

Pelo Senhor Presidente foi presente um despacho do Senhor Vice-Presidente, datado de 29 de março do ano em curso o qual se transcreve, respeitante à "Aquisição de Serviços de Supervisão Técnica da Qualidade da Água das Termas de Almeida Fonte Santa":

"1. De acordo com o proposto pelo serviço de contratação pública, determino, o seguinte:

a) Exclusão do concorrente "AGR – Engenharia e Serviços Ldª;
b) A anulação do procedimento;
c) Revogação da decisão de contratar do procedimento supramencionado;
d) Comunicação ao concorrente do teor do presente relatório."

O Senhor Presidente explicou que o assunto foi presente na reunião de Câmara para aprovação de abertura de procedimento, mas tendo em conta que a proposta apresentada foi de valor superior em relação a anos anteriores e existindo uma manifesta vontade do prestador aumentar o montante, deverá ser anulado o procedimento inicial e proceder à abertura de um novo.

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o despacho antes transcrito, de anulação do procedimento respeitante à "Aquisição de Serviços de Supervisão Técnica da Qualidade da Água das Termas de Almeida Fonte Santa.

- Parecer Prévio Vinculativo 13/2023 - Aquisição de Serviços de Supervisão Técnica da Qualidade da Água das Termas de Almeida Fonte Santa;

Na sequência da anterior deliberação pelo Senhor Presidente foi presente a proposta número 013/2023, da Técnica Superior Marta Pereira, datada de 13 do corrente mês de abril, na qual é referido que, deverá ser emitido pelo Executivo o respetivo parecer prévio vinculativo para celebração de contrato de aquisição de serviços em regime de avença para "Aquisição de Serviços de Supervisão Técnica da Qualidade da Água das Termas de Almeida – Fonte Santa", tendo em conta que não existe no Município pessoal especializado para desempenhar as referidas funções, revelando-se inconveniente o recurso à modalidade de relação jurídica de emprego público.

Em face da proposta apresentada, a Câmara deliberou, por unanimidade, emitir parecer prévio vinculativo favorável, relativamente à celebração do contrato de prestação de serviços na modalidade de avença pelo período de 08 meses e pelo valor global de 14.400,00 € (catorze mil e quatrocentos euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor, se dele não estiver isento, com a entidade – AGR - Engenharia e Serviços, Ldª - proposta número 13/2023.

Mais deliberou a Câmara, revogar a deliberação tomada na reunião ordinária do dia 21 de março último na parte a que a esta empresa diz respeito.

De referir que foram emitidos pareceres vinculativos favoráveis, por força da conjugação do disposto no número 2 do artigo 32º da LTFP e número 6 do Decreto-Lei número 209/2009, de 03 de setembro para se proceder ao Ajuste Direto para celebração do contrato de prestação de serviço na modalidade de avença, pelo prazo e valores antes referidos, uma vez que se encontram reunidos todos os requisitos previstos no número 1 do artigo 32º, da LTFP, aprovado em anexo à Lei 35/2014, de 20 de julho e Código dos Contratos Públicos.

- ORÇAMENTO:

- 8ª Modificação aos Documentos Previsionais e 2ª. Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2023;

O Senhor Presidente referiu que a presente Revisão foi feita tendo em conta as progressões, num cenário de previsão, colocação de projetos que estão a ter avanços, nomeadamente bio resíduos e projeto de renovação de Aldeias e um outro a que a Câmara se vai candidatar das Rotas Equestres e abertura de uma rúbrica para a possibilidade de se candidatar a uma intervenção da responsabilidade da Junta de Freguesia de Nave de Haver. Trata-se de um projeto com alguma dimensão "Alteração do Edifício Escola de Nave de Haver" e o promotor terá de ser a Câmara Municipal.

Sobre as Rotas Equestres, a Senhora Vereadora Catarina Vilhena perguntou do que se tratava.

O Senhor Presidente informou que se trata de aquisição de equipamento para apoio das Rotas, melhoramento do Picadeiro e outro material relacionado.

A Senhora Vereadora fez também algumas perguntas técnicas sobre a abertura de novas rubricas, tendo-lhe sido explicado que só nas revisões é que podem ser abertas novas rubricas e posterior aprovação em sessão da Assembleia Municipal.

Perguntou ainda do que se tratava a Recolha Bio Ambiental.

O Senhor Presidente explicou que é uma obrigação que o Estado Português contratualizou com a União Europeia no sentido de baixar o volume de resíduos, ou seja diminuir mais 30%, estando em causa os resíduos alimentares com recolha porta a porta nos

Municípios de maior dimensão. Nos Municípios Rurais é a aquisição de bio compostores para serem colocados nas casas, em vez de as pessoas colocarem nos contentores, podendo na candidatura e nas freguesias ser colocados bio compostores comunitários, o que se prevê à partida não terem muito êxito tendo em conta que nos meios rurais os restos de comidas são dados aos animais.

Perguntou também a que se destina o montante de 55.355,00 € - Instituições sem fins lucrativos.

O Senhor Presidente informou que se trata das transferências para os SAAS – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social.

Por último perguntou se a "Alteração do Edifício Escola Primária de Nave de Haver se tratava da execução de projeto.

O Senhor Presidente esclareceu que a Junta de Freguesia já possui o projeto e prevê no local várias intervenções e que a Câmara abriu a rubrica para possibilitar uma candidatura que pode ser feita pelo Município ou pela junta de Freguesia e se isso acontecer através do Município já ficam criadas as condições.

O Senhor Presidente colocou a 8ª Modificação aos Documentos Previsionais e 2ª. Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2023 a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.

Mais deliberou a Câmara, por unanimidade, submeter os referidos documentos à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal.

- APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO 2022;

O Senhor Presidente apresentou os documentos de Prestação de Contas do ano de 2022 elaborados de acordo com: Balanço, Demonstração de Resultados, Mapas de Execução Orçamental, Anexos às Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão, incluindo os documentos elencados no anexo às resoluções números 1/2019 e 2/2021 do Tribunal de Contas, realçando que o documento revela o bom trabalho feito pelo Município, baseando-se nos indicadores financeiros obtidos, contudo, admite existirem algumas debilidades que ainda não conseguiram resolver, nomeadamente a execução da despesa.

Disse também que o ano de 2022 foi como previu, difícil dada a conjuntura da pandemia e com a inflação a disparar, mantendo a ação da Câmara e incrementando em muitos dos itens em termos de despesa, cujo resultado poderia acontecer e até que pudesse ser superior, mas feitos os cálculos obteve-se o resultado espelhado, no presente relatório de contas, com um saldo negativo de 909.803,00 € (novecentos e nove mil oitocentos e três euros). Esclareceu que as despesas que mais aumentaram tiveram a ver com o pessoal e com as aquisições de bens e serviços, refletindo-se e muito o aumento do custo dos combustíveis, energia, água, saneamento, taxas de resíduos etc., não tendo sido feitas atualizações de preços o que foi entendido como uma forma de apoiar os Munícipes, sendo certo que, mais cedo ou mais tarde terão de ser feitos esses equilíbrios, para se poderem ter contas mais perto do zero o que seria o ideal. Existe capacidade financeira que continua com um bom registo o que permite à Câmara fazer todo este envolvimento e criar dinâmica no Concelho.

Mais referiu que a execução melhorou mas, ainda não o satisfaz, continuando-se a fazer a cobrança de uma receita que não cobriu a despesa e com o recebimento das novas competências, a relacionada com o pessoal disparou completamente, existindo uma grande

diferença entre o ano 2021, sendo certo que o valor existente tem servido para fazer a renovação do Quadro de Pessoal da Câmara, cujo processo ainda não está concluído o que faz com que a despesa aumente, bem como a integração do Agrupamento de Escolas, cujos funcionários também são da responsabilidade do Município.

Disse também que as receitas vindas do Estado não chegam para fazer face às despesas e que muitas delas não estão bem calculadas na sua totalidade, nomeadamente no que diz respeito a reparações de avarias diárias, substituição de material e equipamento, tendo a responsabilidade sido passada para a Câmara, estando o Tribunal de Contas a pedir o resultado das contas.

Por fim referiu que o documento é transparente mostrando toda a atividade da Câmara e em que a certificação das mesmas alerta para a questão da gestão de custos que já existe, mas ainda não está implementada a 100%.

Em resumo, o Município continua com capacidade, solvabilidade e liquidez para poder continuar a atividade do Município no futuro.

O Senhor Vereador Alexandre Gonçalves chamou a atenção para que de futuro o documento fosse na totalidade entregue em papel. Disse perceberem a preocupação que o Senhor Presidente acabou de expor, congratulando-se e assumindo a consciência de manter as contas certas constantes do Relatório de Contas, claramente num documento que entendem conjugado por uma série de participações em termos dos diversos Departamentos naquilo que é a orgânica e como no texto é dito cultura organizacional desta Entidade, existe uma grande dispersão e em termos daquilo que é a essência da construção política, consideram o texto pobre, porque lhes dá o espelho do que é no seu entender a ambição que se deveria ter e não está refletida no documento.

O Senhor Vereador deixou também algumas notas muito práticas, incomodando-os que na parte dedicada à divisão do Património Histórico Documental e muito em particular ao parágrafo dedicado às candidaturas das Fortalezas Abaluartadas da Raia os faça refletir e tenham em consideração concreta o que é a candidatura de Almeida a Património da Humanidade de uma vez por todas, porque é enunciado o percurso de dez anos como um conjunto de trabalho sobre o qual a população desconhece o resultado prático e feito, ainda que todos os investimentos que foram feitos atá ao momento acabem por ser percetíveis para o Executivo, para a população são invisíveis. Portanto não se sabe quando se entrega o trabalho a quem cabe a responsabilidade.

Nas recriações das Feiras Históricas e Recriações Medievais de Almeida, a questão do Património que é o que vêm criticando e na adjetivação tem-se dinamização, valorização e só mais adiante é que se diz o que deveria ser a parte essencial que é a preservação. É claro que se está com problemas de que é o Património e este não é só edificações de Almeida e Castelo Mendo, mas o texto diz tudo o que é a visão sobre a questão patrimonial. Aposta-se sempre sobre uma dimensão daquilo que é a sua promoção, mas é descuidada ao longo do tempo numa estratégia do que é mais importante, nomeadamente a sua preservação que qualquer dia não existe.

Frisou ainda o Senhor Vereador que, se pode incorrer num erro quando se faz a referência à Feira Medieval de Castelo Mendo como seja uma das primeiras do País. Existe o indício de que houve uma Feira Franca na época Medieval, mas pode-se incorrer no risco de ridicularizarem o Município, quando se diz a Primeira Feira Medieval quando se sabe que há outros Municípios que desenvolvem Feiras Medievais há muito mais tempo e enquanto na

contextualização histórica ela pode não ser referenciada e diz isto não para criticar, mas sim para a boa imagem de todos.

A Chefe de Divisão Laura Baltazar pediu licença para informar que o texto é da autoria da Historiadora Chefe de Divisão Paula Sousa.

O Senhor Vereador referiu que o português do texto é que pode dar azo a uma má interpretação.

Na Divisão do Ambiente e Proteção Civil o Senhor Vereador fez um reparo em tom provocatório – Manutenção, Limpeza e Jardins dizendo ao Senhor Presidente que tiveram uma iniciativa excelente no magnífico Torneio Napoleão, em Vilar Formoso, perguntando quais os jardins, dizendo que a seguir a Câmara preocupou-se no dia seguinte limpar tudo e muito bem e deixa o Parque Infantil. Pese embora fosse a responsabilidade da Junta de Freguesia limpar e que estava sujo até ao topo, mas que por uma questão de brio deveria ter sido limpo como todo o espaço envolvente o que achou inacreditável. Está enunciado como um conjunto de obrigações da Câmara Manutenção de Limpeza Urbana e de Jardins, mas deveriam ser identificados para todos saberem quais são, assim como a deteção e recolha de pneus e monstros na via pública saber quais as da responsabilidade da Autarquia.

Tem ainda outras coisas que em termos de investimento e que a Câmara faz que deveriam ter outro tipo de retorno, como por exemplo "Participação em diversas reuniões relacionadas com a CETS (Carta Europeia de Turismo Sustentável) para avaliação do plano de Ação (2016-2021) e discussão do Plano de Ação (2022 – 2026) da qual o Concelho de Almeida faz parte", perguntando se a população conhece estas iniciativas e é dado retorno sobre este trabalho que é importante e provavelmente não chega a ter eco e seria importante que o tivesse.

Sobre o apoio na elaboração do "Plano de Valorização dos Recursos Hídricos do Rio Côa" é do seu conhecimento que a Câmara tem feito um esforço tremendo sobre este Plano e gostariam de saber em que fase se encontra o respetivo processo, valorizando o trabalho que tem sido feito, achando que nesta Prestação de Contas se eles tivessem acesso ao plano teria sido muito importante.

Em relação ao apoio logístico e participação na 13ª Feira de Caça, Pesca e Desenvolvimento Rural o Senhor Vereador perguntou sobre quais os meios que são alocados para esta iniciativa, porque são os elementos que têm que medir não lhe interessando o dinheiro que no fundo é gasto ou como é gasto, interessando-lhe sim os meios que são alocados à realização do evento que desconhecem.

Quanto à Divisão de Turismo referiu que em toda a calendarização que aconteceu e em algumas das iniciativas que já se repetiram este ano, valorizou a importância da presença de cada uma delas, mas continua a achar que se podia para bem de todos ter-se claramente definido um plano de objetivos a alcançar em cada um dos eventos, acompanhado de um relatório com o resultado dos referidos objetivos se foram ou não alcançados, o público com que se tiveram contatos, que meios e parceiros se estabeleceram, ou seja uma matriz simples para se definirem essas participações e que o Senhor Vereador não sabe se existem ou não, mas o que é certo é que a desconhecem.

Em relação ao Departamento de Obras e Urbanismo a Revitalização da Zona Comercial de Vilar Formoso – Alterações, percebeu que eventualmente as alterações estejam relacionadas com as pendências das obras e o Destacamento e Posto Territorial de Vilar Formoso (Alteração da Arquitetura), referiu que ainda não conhecem o projeto.

Sobre a enunciação elaborada do discurso político ou ausência dele, o Senhor Vereador nada mais acrescentou. Refletiu sobre o número de crescimento do número de funcionários da Autarquia que passou de 166 para 212 e conhecem a razão principal, referindo que tem de se ter consciência das diferentes competências e responsabilidade que trouxeram para a Autarquia, mas tem de se pensar na valorização dos quadros e o peso nos Dirigentes Intermédios é muito pouco, não sabendo como o crescimento das necessidades e das exigências do futuro que cada vez vão ser maiores, sendo uma observação que deixa em termos do que são os Recursos Humanos.

O Senhor Vereador Alexandre Gonçalves chamou ainda a atenção para duas pequenas incorreções existentes no documento (folhas 29, 134 e 135).

Por último, e a exemplo do ano transato referiu que apesar de todas as observações o sentido de voto era a abstenção, no entanto, valorizaram o esforço e empenho, mas segundo a sua opinião falta a ambição.

O Senhor Presidente disse que respeita a opinião dos Senhores Vereadores, mas o mesmo não acontece com a análise que foi feita, porque pegando nos textos e alguma questão menos ou mais conseguida e alguma imprecisão ou interpretação do texto está-se sempre sujeito, mas em relação ao pessoal não concordou em absoluto, porque em relação ao gráfico o que se verifica e embora não seja percetível tem havido uma evolução no número de Técnicos Superiores na Câmara Municipal, na organização que se acabou de implementar e também a valorização dos Técnicos que tinham responsabilidade passaram a ter a função de Dirigentes e tem havido incremento até na valorização dos Técnicos que estavam na Câmara Municipal e que acabaram por tirar formações superiores, foram valorizados, havendo outros em condições de poderem também o ser, sendo essa a tendência.

Mais esclareceu que se tem vindo a fazer contratações de pessoal para dar resposta a algumas necessidades de Assistentes Operacionais e Assistentes Técnicos, sendo o aumento bem visível.

Quanto à falta de ambição está bem clara nos objetivos que se pretendem prosseguir, sendo que alguns deles não dependem só da Câmara e que os colocam numa situação de fragilidade, cuja decisão não é apenas da Câmara, sendo necessária uma intervenção forte da parte Governamental o que não está a acontecer, porque se está há seis meses à espera de aprovações de projetos e de decisões para se poder avançar com as obras de Vilar Formoso o que é inaceitável. Foram pedidas reuniões urgentes para resolução dessas questões o que também não aconteceu, não existem as devidas aprovações nem a certeza que os projetos considerados mais importantes possam ter financiamentos.

Sobre o desconhecimento do projeto da GNR, o Senhor Presidente informou que ele já conheceu alguns vinte e outros tantos levantamentos para o local, mas logo que haja um definitivo será presente na reunião do Executivo para aprovação. Esclareceu que houve mais um projeto de arquitetura com a consequente alteração aos projetos de especialidade, porque na Direção Nacional não aceitam as alterações ao projeto de arquitetura sem os restantes projetos. Acrescentou que gostaria que o Quartel da GNR de Vilar Formoso tivesse executado, mas isso só depende do Estado. Falou do encontro com o Senhor Ministro na Guarda acerca do assunto em que resolveria duas questões, a do funcionamento do Destacamento no Concelho com condições para todo o efetivo e por outro lado a conclusão da requalificação de toda aquela zona de Vilar Formoso. Gostava que o Parque TIR tivesse outro desenvolvimento, o plano do Côa que já teve apresentação pública feita na Feira de Caça e Pesca do ano passado.

Quanto a Almeida a Património da Humanidade não são só dez anos, mas sim muitos mais, foi feito trabalho nos seminários Internacionais dos documentos que foram produzidos (mais de vinte e cinco documentos técnicos) que serviram de base na candidatura assim como para os outros Municípios, para além do trabalho que cada um desenvolveu. A Candidatura da Câmara de Almeida foi entregue já por diversas ocasiões e ainda estão a solicitar elementos porque foram alteradas as regras. Está reconhecido que é uma candidatura com valor e bem organizada faltando a alteração para ser valorizada pelo Governo Português e quando isso acontecer certamente que ficará bem encaminhada para ser reconhecida mundialmente. Os peritos estiveram em Almeida, especialistas de vários Países e a possibilidade é unânime.

Quanto à intervenção no Património só é possível se houver mais verbas, porque na realidade a capacidade da Câmara não passa de um milhão e meio por ano para se manter toda a atividade, nomeadamente estradas municipais, rede de águas e saneamento, recolha de resíduos urbanos, etc. que por si só é difícil de manter e tem havido a possibilidade de se fazer mais investimento no Concelho em face das candidaturas que se conseguem, mas que nesta parte final não tem havido êxito em face da conjuntura. Deu como exemplo a obra das Portas de Santo António com três concursos desertos, assim como as piscinas, sendo estas contrariedades que colocam a execução mais baixa e que poderia ter sido muito mais elevada se tivesse havido sucesso na entrega das empreitadas. Esclareceu também que para o futuro vem o PRR que é um financiamento do próprio Estado e é ao que se está a assistir, o funcionamento do PRR é financiar ações da responsabilidade do Estado. Foi informado que irão ser lançadas obras no Centro de Saúde e Extensão de Vilar Formoso neste Programa, financiamento do Estado. Foi também informado da possibilidade de se vir a fazer intervenções quer em Castelo Mendo quer em Almeida no PRR e isto são obrigações do Estado e o Senhor Vereador Alexandre diz muitas vezes que não é bem assim, mas é uma previsão que o Senhor Presidente está a fazer. No 2030 só agora teve conhecimento dos pontos e na reunião que irá ocorrer é que se irá inteirar verdadeiramente, mas se for como na última que ficou com a convicção que a Câmara ainda terá de financiar as obras, porque cada vez mais estão a colocar ações que deveriam constar do Orçamento de Estado e estão a colocá-las no 2030. Assim sendo, os Municípios com capacidade para ser mais ousados a fazer as coisas, têm que ser pragmáticos e cuidadosos nas decisões que tomam, porque todas as ações que vierem a fazer têm uma consequência e arrastam um custo, e algumas decisões também custam mais a tomar porque se sabe que aumentam os custos e o que se assiste há um ano e meio a esta parte foi da diminuição das receitas das quais resultou o saldo negativo e que poderia muito bem ser um resultado equilibrado.

O Senhor Presidente referiu que existe essa preocupação porque se assim não fosse a Câmara seria muito mais audaz e haveria capacidade para se fazer muito mais, mas não quer comprometer o futuro.

Após os devidos esclarecimentos o Senhor Presidente colocou o Documento de Prestação de Contas de 2022 a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por maioria.

Votaram a favor o Senhor Presidente e o Senhor Vereador Alcino Morgado.

Abstiveram-se os Senhores Vereadores Alexandre Gonçalves e Catarina Vilhena.

Deliberou ainda a Câmara, por unanimidade, submeter o documento à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal.

ENCERRAMENTO

As deliberações constantes desta ata foram aprovadas em minuta, para efeitos de execução imediata. Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 11:30 horas, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada nos termos da Lei, na reunião seguinte, pelo Senhor Presidente e por mim, José António Dourado Espinha, Técnico Superior da Divisão Administrativa e Financeira, que a subscrevi.

O Presidente da Câmara

Eng.º António José Monteiro Machado

O Técnico Superior

José António Dourado Espinha